

## **V Encontro Nacional Sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica**

23 a 25 de Julho de 2017, Brasília (DF)

### **Grupo de Trabalho**

HISTÓRIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL

### **Título do Trabalho**

O Ensino de Sociologia no Colégio Pedro II: passado, presente e futuro

### **Autores**

Lier Pires Ferreira

Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Candido Mendes (PPGCPRI/UCAM)

Professor Titular das Faculdades de Direito e Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC/RJ)

Professor Titular do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II (DS/CP2)  
Coordenador da Área VI (Sociologia e Filosofia) do Programa de Residência Docente do Colégio Pedro II (PRD/CP2)

Membro do Núcleo de Pesquisa em Ensino de Sociologia do Colégio Pedro II (NUPES)

Membro do Colaboratório de Humanidades do Colégio Pedro II (COLABOREH)

Luiz Felipe Bon

Professor e Chefe do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II

Membro do Núcleo de Pesquisa em Ensino de Sociologia do Colégio Pedro II (NUPES)

Membro do Laboratório de Sociologia Lincoln Bicalho Roque, do *Campus* São Cristóvão III

## **Resumo**

O Colégio Pedro II tem uma longa história no Ensino de Sociologia, sendo a primeira instituição brasileira a inserir a disciplina em seus currículos, nos anos 1920. Com o fim da ditadura civil-militar, em 1985, os movimentos de sociólogos e educadores realizaram intensas mobilizações pela retomada da Sociologia no Ensino Médio. No Rio de Janeiro, estas mobilizações foram capitaneadas pela Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro (APSERJ). Neste quadro, o Pedro II também foi pioneiro na reinserção da Sociologia no Ensino Médio, a partir de 1994.

O presente artigo apresenta a experiência do Ensino de Sociologia no Colégio Pedro II desde os anos 1990. O trabalho debate as principais medidas adotadas pelo Departamento de Sociologia nos 09 *campi* nos quais opera as disciplinas Ciências Sociais (Ensino Fundamental II) e Sociologia (Ensino Médio). Também destaca as principais ações nas áreas de educação, pesquisa, extensão e cultura, incluindo a criação de laboratórios de ciências humanas e sociais, produção e divulgação científica, e a construção de programas de pós-graduação voltados à formação do professor de Sociologia, numa perspectiva na qual o passado interage dialeticamente com as práticas presentes e com os desafios do presente/futuro.

## **Palavras-Chaves**

1. Ensino de Sociologia; 2. Colégio Pedro II; 3. Práticas Pedagógicas

## **Introdução**

Desde o início dos anos 1990 o Ensino de Sociologia na Educação Básica vem sendo objeto de debates, dentro e fora das universidades e demais centros de formação de professores. Para tal, concorreram processos como o ativismo dos sociólogos a partir da transição dos anos 1970 para os anos 1980, que já apontava para a luta pela reinserção da Sociologia no antigo Segundo Grau; a redemocratização do Brasil, que fortaleceu a luta por direitos e liberdades no país; a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reforçou os direitos e garantias fundamentais; e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), também conhecida como LDB.

No Rio de Janeiro, a luta pela reinserção da Sociologia no Ensino Médio foi capitaneada pela Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro (APSERJ), então presidida pelo Prof. Ozeas Laranjeiras. Fundada em 1981, a APSERJ articulou essa luta a partir de três grandes bandeiras, a saber: reunir e organizar os sociólogos do estado; lutar pela ampliação do mercado de trabalho dos sociólogos; e reinserir a Sociologia no antigo Segundo Grau (GESTEIRA; SILVA, 2012). Dela também participaram instituições de ensino superior sediadas no estado, dentre as quais a Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Fundação Educacional Unificada Campo Grandense (FEUC) e Fundação Educacional Duque de Caxias (FEUDUC); estabelecimentos escolares como o Colégio Pedro II (CP2), Colégio de Aplicação da UFRJ (CAP-UFRJ) e Colégio São Vicente de Paula (CSVJ); além de estudantes, secundaristas e universitários, e representantes do poder público, em particular da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC/RJ) e do Conselho Estadual de Educação (CEE/RJ). Meia década antes da LDB, os esforços liderados pela APSERJ resultaram na inclusão da Sociologia como disciplina obrigatória na rede pública e privada do Rio de Janeiro (CONTERATO, 2009), pela via da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 1990.

A importância da LDB para o Ensino de Sociologia foi majorada na primeira década do século XXI, quando a Lei nº 11.684/2008 alterou o art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promovendo a reinserção da Sociologia e da Filosofia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio. O resgate legislativo da obrigatoriedade do Ensino de Sociologia na Educação Básica foi o coroamento de um longo processo de lutas. Ele expressou o reconhecimento jurídico-político da importância das Ciências Sociais como elemento fundamental para a formação dos jovens brasileiros, no contexto de uma educação humanística e cidadã, tradicionalmente negligenciada em nossa sociedade (OLIVEIRA; JARDIM, 2009).

Primeiro espaço de inserção do Ensino de Sociologia no Brasil, ainda nos anos 1920 (PIRES FERREIRA; SILVA, 2016), o Colégio Pedro II também foi o primeiro colégio de formação secundária oficial do Brasil (1837), sendo ainda hoje o único protegido pela Constituição Federal (FERREIRA, 2014). Nesse

sentido, o CP2 tem um papel importante na história do Ensino de Sociologia na Educação Básica. Com o propósito de resgatar parcialmente essa história, o presente *papper* apresenta a experiência do Ensino de Sociologia no CP2 a partir dos anos 1990. O trabalho debate as principais medidas adotadas pelo Departamento de Sociologia nos 09 *campi* nos quais opera as disciplinas Ciências Sociais (Ensino Fundamental II) e Sociologia (Ensino Médio). Também destaca as principais ações nas áreas de educação, pesquisa, extensão e cultura, incluindo a criação de laboratórios de ciências humanas e sociais, produção e divulgação científica, e construção de programas de pós-graduação voltados à formação do professor de Sociologia, numa perspectiva na qual o passado interage dialeticamente com as práticas presentes e com os desafios do presente/futuro.

### **A Reintrodução do Ensino de Sociologia no Colégio Pedro II nos anos 1990**

Até a primeira metade dos anos 1990, o Colégio Pedro II oferecia as disciplinas Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no Ensino Médio e Educação Moral e Cívica (EMC) no segundo segmento do Ensino Fundamental. A partir de 1994, fruto da reestruturação pedagógica que ensejou o Departamento de Sociologia (DS), as disciplinas OSPB e EMC foram extintas (Lei nº 8.663/1993), dando origem à Sociologia no Ensino Médio e à Educação para a Cidadania no Ensino Fundamental (FERREIRA; GUIMARÃES; VENDRAMIN, 2015). Para esta reestruturação concorreram, dentre outros fatores, o concurso público de provas e títulos realizado no final de 1994, que, pela primeira vez, reservou 05 vagas para portadores de licenciatura plena em Ciências Sociais (ou Sociologia ou Sociologia e Política). Este destaque, talvez hoje anacrônico, foi um marco na história do DS que, até então, era formado por professores com diferentes formações e percursos educacionais, muitos sem qualquer relação direta com o campo das Ciências Sociais.

Ao longo da segunda metade dos anos 1990 e por quase toda a primeira década do século XXI, o Departamento de Sociologia teve uma inserção não uniforme na grade curricular do CP2, embora tivesse uma participação cada vez mais propositiva no cotidiano institucional, como revelam os debates para a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio Pedro II, pelo qual

a Sociologia foi inserida formalmente em todas as séries do Ensino Médio, mesmo antes da promulgação da Lei nº 11.684/2008<sup>1</sup>. Historicamente trabalhando com dois tempos semanais, o DS esteve sempre presente tanto no Ensino Médio quanto no Fundamental.

No Ensino Fundamental, o Departamento de Sociologia estava albergado nas antigas 5ª e 8ª séries, hoje 6º e 9º anos, com a disciplina Educação para a Cidadania, que posteriormente foi denominada Sociedade e Cidadania, até alcançar a nomenclatura atual, Ciências Sociais. Essa transformação, impende gizar, não foi uma mera troca de denominação, mas representou um amplo processo de amadurecimento didático-pedagógico (FERREIRA, 2015) no âmbito do DS. Em 2007, como resultado das atividades político-pedagógicas realizadas pelos professores do Departamento de Sociologia, bem como do reequilíbrio das forças políticas no interior do CP2, o DS ampliou sua presença na grade do Ensino Fundamental, passando a estar presente nos 7º, 8º e 9º anos<sup>2</sup>. Muitos foram os percalços que marcaram o trabalho no Ensino Fundamental. Sem a pretensão de esgotar essas dificuldades, buscaremos abordar algumas das mais significativas.

Primeiramente, cumpre destacar o estranhamento político-ideológico proveniente da própria comunidade escolar, já que a disciplina Ciências Sociais era herdeira direta da EMC, que fora utilizada pelo regime civil-militar de 1964 como instrumento de propaganda ideológica e conformação da ordem política e social. Neste contexto, parece claro que a introdução da disciplina Educação para a Cidadania, hoje Ciências Sociais, foi uma estratégia do institucional do CP2 para garantir os postos de trabalho dos professores que até então ministravam Educação Moral e Cívica (FERREIRA, 2015). Como, à exceção dos novos professores concursados, todos os demais estavam vinculados ao ensino de EMC (ou OSPB) no contexto escolar, havia um questionamento muitas vezes

---

<sup>1</sup> Em que pese essa obrigatoriedade formal, até o início dos anos 2010 a Sociologia permaneceu com apenas duas séries no Ensino Médio, por questões político-pedagógicas concernentes à composição da grade escolar, mesmo considerando que o Colégio Pedro II possui seis tempos de aula por turno e funciona regularmente de segunda à sábado.

<sup>2</sup> Parte significativa dos professores, mesmo de outros departamentos, avalia que a ausência das Ciências Sociais no 6º ano do Ensino Fundamental privou os estudantes de uma oportunidade reflexiva sobre a escola e a sociedade justamente em um momento de transição importante de suas vidas. Assim, ainda hoje o Departamento de Sociologia luta para voltar ao 6º ano, integralizando, dessa forma, sua presença na Escola Básica, considerando os níveis médio e fundamental 2.

velado sobre o papel desempenhado pelo corpo docente do Departamento de Sociologia junto aos educandos e à própria sociedade. Por isso, um grande desafio para a geração de professores empossados a partir de dezembro de 1994 foi construir programas e ementas, buscar referências bibliográficas, equacionar conteúdos e redefinir estratégias didático-pedagógicas que amparassem a docência das Ciências Sociais num ambiente institucional que os observava com relativa desconfiança.

Outra dificuldade importante dizia (e ainda diz) respeito à formação dos professores de Sociologia. Para além da eterna crise das licenciaturas (ARANHA; SOUZA, 2013), havia (e ainda há) dificuldades relativas à formação dos professores, já que as licenciaturas<sup>3</sup> promovem uma formação voltada exclusivamente para a atuação profissional no Ensino Médio, ignorando totalmente o Ensino Fundamental (PIRES FERREIRA; SILVA, 2016). Assim, não há na formação dos licenciados em Ciências Sociais/Sociologia qualquer preparo para o desafio de lecionar Ciências Sociais no Ensino Fundamental, em que pese a medida de cautela, já há muito adotada nos concursos públicos postos sob a égide do DS, de que a prova de aula (parte integrante dos concursos públicos para o magistério) seja voltada exclusivamente para este segmento do ensino. Portanto, está aberto o debate político-pedagógico sobre a própria presença das Ciências Sociais/Sociologia como disciplina obrigatória no Ensino Fundamental. Esse debate, ainda incipiente, vem sendo timidamente gestado desde 2014 no seio da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) e fóruns correlatos, e deve ser projetado em nível nacional, como demanda social inadiável.

Por fim, houve o desafio histórico, hoje em parte superado, da ausência de materiais didáticos voltados ao apoio das atividades docentes e discentes (PIRES FERREIRA; SILVA, 2016). De fato, como fruto da ausência do Ensino Fundamental nas licenciaturas de Ciências Sociais/Sociologia, não havia materiais didáticos que pudessem auxiliar os trabalhos em sala de aula, bem

---

<sup>3</sup> Com o processo de fragmentação da formação docente, hoje muitas vezes as licenciaturas estão descoladas do bacharelado e, portanto, esvaziadas de conteúdos teóricos e sem incentivar a vocação para a pesquisa. Inclusive, há licenciandos que, em determinados momentos, asseveram que não estudaram em seus cursos sequer o conteúdo presente em alguns dos livros didáticos que são disponibilizados à comunidade escolar via Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

como a estruturação dos currículos, a definição das habilidades e competências a serem desenvolvidas, dentre outras questões. Esse desafio foi parcialmente superado pela publicação, em 2014, de *Sociedade em Movimento*, primeira coleção didática exclusivamente voltada para o Ensino de Ciências Sociais/Sociologia no Brasil. Essa obra, editada em quatro volumes, uma para cada série do Fundamental 2 (6º, 7º, 8º e 9º anos), foi escrita por 14 professores, todos direta ou indiretamente vinculados ao Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II, já que são seus professores ou por ele passaram na qualidade de professores substitutos (contratos temporários) ou ex-professores efetivos que, posteriormente, buscaram novos espaços de realização profissional. Entretanto, cumpre assinalar que uma coleção didática, por melhor que seja, não basta para a superação do desafio em tela, havendo, por certo, forte carência de novos materiais, particularmente se produzidos por professores da Educação Básica, que não podem continuar se vendo (e sendo vistos) como profissionais rebaixados à mero reprodutores do saber acadêmico.

No Ensino Médio, certamente, o percurso da Sociologia tem sido um pouco menos acidentado. Nos anos 1990, a Sociologia constava apenas do 3º ano. A partir de 2009, já sob os auspícios da Lei nº 11.684/2008, o Colégio Pedro II finalmente materializou a inserção da Sociologia nas três séries do Ensino Médio. Um caminho menos acidentado, contudo, não significa ausência de problemas. Na verdade, desde sua implantação, em 1995, o Ensino de Sociologia no CP2 vem sendo marcado por contínuas mudanças nos conteúdos programáticos, trocas de livros e materiais didáticos<sup>4</sup>, descontinuidades na grade curricular<sup>5</sup>, distribuição assimétrica dos tempos ao longo da semana<sup>6</sup>, além da desconfiança relativa de professores de outras disciplinas, já que muitos não estão convencidos de que a Sociologia (e a Filosofia) deva estar presente como disciplina obrigatória no Ensino Médio. Essa desconfiança é uma das bases da

---

<sup>4</sup> Atualmente, a partir de deliberação de seu colegiado, que avaliou todas as obras aprovadas no PNLD-2015, o DS/CP2 passou a utilizar a obra *Sociologia em Movimento*, cujos autores também são professores ou ex-professores do próprio departamento.

<sup>5</sup> Em que pesem as disposições do PPP, ao qual já se fez referência, no início dos anos 2000, a Sociologia perdeu o 2º ano do Ensino Médio, posição curricular posteriormente reconquistada em função do retorno da obrigatoriedade da Sociologia na grade do Ensino Médio.

<sup>6</sup> Os professores do DS/CP2 avaliam que o ideal para a disciplina são tempos duplos (contínuos), de 45 minutos cada um, postos de 2ª à 6ª feira, já que os sábados, embora sejam dias letivos regulares no CP2, possuem uma frequência discente significativamente menor.

proposta do governo Temer, que, em mais um ato de retrocesso, visa a retirar a obrigatoriedade da Sociologia do ensino secundarista.

## **O IPCS e as primeiras experiências de institucionalização da pesquisa**

É indiscutível que a ressignificação da docência e da própria escola passa necessariamente pela incorporação da pesquisa ao cotidiano da Escola Básica. Só com o fim da clivagem entre produção de conhecimento e magistério, de resto anacronicamente estimulada pela própria universidade brasileira, na qual os cursos de licenciaturas são marginalizados, a relação ensino-aprendizagem poderá libertar-se do academicismo, do conservadorismo e dos preconceitos que muitas vezes lhe caracterizam.

Em 2000, coerente com seu papel de vanguarda na Educação brasileira, o Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II deu início a experiências pontuais de pesquisa docente-discente. Em 2005, com a expertise acumulada por essas experiências, foi criado um programa institucional piloto, denominado Programa de Iniciação à Pesquisa Científica em Sociologia (IPCS).  
Desenvolvido

dentro de uma escola historicamente reconhecida como tradicional em suas práticas pedagógicas, [o IPCS] reforça um dos preceitos do Departamento de Sociologia: o espaço escolar precisa ser essencialmente democrático, permitindo a vivência e a construção de conhecimento, de modo colaborativo e responsável. (AGUIAR; CARNEIRO, 2008, p. 05)

Por este programa, inovador, alunos dos ensinos Médio e Fundamental puderam interagir em uma dinâmica comum de construção de conhecimento, sob a orientação de um ou mais professores do CP2.

Entre 2007 e 2008 o IPCS passou a integrar o Laboratório de Sociologia, vinculado à então Secretaria de Ensino (SEPEC)<sup>7</sup>. O Laboratório de Sociologia/IPCS foi organizado para aplicar o saber sociológico com vistas à transformação da realidade e à construção de uma cidadania ativa; além de promover reflexões críticas sobre a problemática socioambiental e sobre a

---

<sup>7</sup> A antiga Secretaria de Ensino foi reorganizada como Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), por força da Lei n. 12.677/12, que dispôs sobre a criação de cargos efetivos, funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação e inseriu o Colégio Pedro II na rede dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Lei n. 11.892/08.



cultura juvenil. Para cumprir estes objetivos, foram criadas duas linhas de pesquisa, a saber: “Cultura e Cidadania Jovem” e “Cidadania Planetária”. Estas linhas foram estruturadas da seguinte forma:

A linha de pesquisa “Cultura e Cidadania Jovem” integra-se ao debate das Ciências Sociais sobre a juventude e a sociedade brasileira contemporânea. Alguns temas como família, drogas, violência, mídia, poder, participação política, consumo e novas tecnologias fazem parte tanto das discussões teóricas, quanto da agenda de questões sociais importantes para o entendimento, não somente, da cultura e do comportamento jovem, como também, de novas sociabilidades e subjetividades em formação.

Por sua vez, a linha de pesquisa “Cidadania Planetária” tem como propósito apresentar a contribuição das Ciências Sociais para pensar a problemática socioambiental, observando as causas e as consequências para a sociedade atual. Assim, propõe-se compreender a biodiversidade em confluência com a sociodiversidade, resgatando também uma preocupação com a preservação das diferentes etnias e culturas. Dentre os temas de pesquisa podemos citar: consumo ético, movimentos ecológicos, legislação ambiental, políticas públicas para o meio ambiente, a ação dos diferentes atores nesse cenário, etc. (AGUIAR; CARNEIRO, 2008, p. 05)

Desse modo, o IPCS foi o marco institucional inicial de um amplo conjunto de atividades de pesquisa e extensão, que, articuladas ao Ensino de Sociologia, promoveram oficinas pedagógicas, incursões etnográficas, oficinas de cinema, vídeo e animação, práticas teatrais, dentre outras, que ampliaram o leque do saber-fazer pedagógico. Seu alcance foi potencializado e diversificado nos anos 2000, devido, principalmente, à expansão do Colégio Pedro II para Niterói, Duque de Caxias e Realengo e à consequente realização de novos concursos públicos que ensejaram a ampliação do quadro docente em mais de 30 novos professores. Hoje, com 100% do seu corpo docente formado por mestres e doutores, as práticas de pesquisa e extensão do DS/CP2 se desdobraram em diferentes outras iniciativas, que serão detalhadas adiante.

### **Ensino, pesquisa, extensão e cultura no século XXI**

A partir das experiências inovadoras possibilitadas pela criação do IPCS, o Departamento de Sociologia deu início a implementação de laboratórios para nuclear as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura. A partir dos projetos iniciados nos *campi* Engenho Novo II e Niterói, por meio da criação do

Núcleo Transdisciplinar de Humanidades (NUTH) e do Laboratório de Humanidades (LABHUM), em 2014 o Departamento estimulou a criação de laboratórios em todos os 09 *campi* de sua atuação pedagógica. Foram organizados os seguintes laboratórios: Laboratório de Educação em Direitos Humanos (LAEDH), no *Campus* Centro; Laboratório de Humanidades, no *Campus* Duque de Caxias; Colaboratório de Educação e Humanidades (COLABOREH), no *Campus* Humaitá II; Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez (LAPES), no *Campus* Realengo II; Laboratório de Imagens e Narrativas em Ciências Sociais, no *Campus* São Cristóvão II; Laboratório de Sociologia Lincoln Bicalho Roque, no *Campus* São Cristóvão III; e o Laboratório de Humanidades, no *Campus* Tijuca II.

Concebidos como um entre-lugar capaz de realizar mediações entre as práticas docentes cotidianas e as atividades de pesquisa, extensão e cultura, cada um dos 09 laboratórios constituiu identidade própria, expressão das características, dinâmicas e objetivos definidos pelos profissionais que neles atuam. Dessa forma, encontramos laboratórios de humanidades e de direitos humanos que mobilizam profissionais multidisciplinares (Sociologia, História, Filosofia, Geografia, Informática Educativa, etc.), e laboratórios de Ciências Sociais propostos e constituídos unicamente por Sociólogos.

Espaços privilegiados das conexões entre ensino, pesquisa, extensão e cultura, os laboratórios estão possibilitando crescentes conquistas no sentido da introdução da pesquisa social no espaço e no cotidiano escolar, bem como no diálogo e aproximação com outros campos disciplinares. Isto ocorre por meio de projetos e eventos multidisciplinares que promovem ações e diálogos que ampliam o capital cultural de nossos estudantes, que passam a ter acesso a saberes que inúmeras vezes são concebidos como acadêmicos e restritos aos muros universitários.

Os laboratórios em comento expressam a visão de que a Escola Básica deve constituir-se em espaço de produção de saberes e competências, através do fomento de trabalhos de iniciação à pesquisa e promoção de atividades de cultura e extensão. Nessa perspectiva, os laboratórios são oficinas de criação e produção de saberes, realizando mediações pedagógicas e promovendo atividades que ampliam os horizontes do fazer pedagógico no espaço escolar.

Muito além do conhecimento e da utilização de equipamentos e materiais, a prática de pesquisa possibilita o desenvolvimento da atitude científica, o que significa contribuir, entre outros aspectos, para o desenvolvimento de habilidades e competências centrais como interpretar, analisar, criticar, refletir, rejeitar ideias fechadas, aprender, buscar soluções e propor alternativas, potencializadas pela investigação e pela responsabilidade ética assumida diante das questões políticas, sociais, culturais e econômicas (CNE, 2011).

Aí reside um dos grandes desafios da Educação no Brasil, há muito destacado por Florestan FERNANDES (1976), quando da realização do I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954: a fundamental inserção da pesquisa social no universo escolar. No âmbito da Sociologia, essa inserção permitiria superar o enciclopedismo que, sob muitos aspectos, ainda se faz presente na escola e na universidade brasileiras.

Em paralelo aos processos de implementação dos laboratórios, o Departamento promoveu a revisão dos programas curriculares das disciplinas Sociologia e Ciências Sociais, respectivamente nos anos de 2015 e 2016. Esses programas curriculares foram revisados e atualizados por meio de grupos de trabalho que, ao final de cada etapa, submeteram seus resultados à deliberação de fóruns colegiados. Desse trabalho resultaram os atuais programas curriculares, todos coadunados com os grandes campos de estudos científicos exarados pela Antropologia, Ciência Política e Sociologia, e plasmados nos principais eixos temáticos de uma educação comprometida com os princípios emancipatórios.

Nessa perspectiva, acreditamos que processos de estranhamento e desnaturalização dos fenômenos sociais possibilitam aos estudantes parâmetros que tornam possíveis as necessárias desconstruções sociais, bem como a busca de sentido e a compreensão de si mesmos enquanto atores sociais em um mundo socialmente construído e em permanente construção. Esses processos também possibilitam que os estudantes avancem para outros estudos, como aqueles que enfatizam a diversidade cultural e promovem reflexões acerca de preconceitos, discriminações e estereótipos, além estudos sobre as relações de raça, gênero e suas interseccionalidades, dentre outros.

Os programas das disciplinas Ciências Sociais e Sociologia, bem como as diretrizes pedagógicas dos 09 laboratórios, estão assentados em diferentes

matrizes teóricas, políticas e ideológicas. No âmbito dos estudos culturais e das relações raciais, os programas de Ciências Sociais e Sociologia estão coadunados com o disposto na Lei nº 11.645/2008, que privilegia “a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil” (BRASIL, 2008a).

De forma transversal aos programas disciplinares e ações promovidas no âmbito dos laboratórios, os profissionais do DS/CP2 procuram traduzir pedagogicamente as preocupações, princípios e objetivos presentes na Resolução nº 1/2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos no Brasil. O artigo 3º da resolução em tela estabelece que

A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I - dignidade humana;
- II- igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação. (CNE, 2012)

Outra ação departamental direcionada à pesquisa e à cultura é a *Perspectiva Sociológica*, publicação semestral e posta em versão digital. Publicada desde 2008, após um período de interrupção seus trabalhos editoriais foram retomados em 2016. A partir daí a revista foi reestruturada e foram publicadas duas novas edições (Edição 8/9 - Sociologia, Ciência e Movimentos Sociais e a Edição Especial 10 - Ensino de Sociologia, teorias e práticas: reflexões sobre a Sociologia na Educação Básica), sendo certo que, hoje, sua periodicidade está sendo ajustada. Em seu novo formato a *Perspectiva Sociológica* está estruturada em seções que privilegiam a Sociologia na Escola Básica, com artigos, resenhas, experimentações pedagógicas e espaço discente. A partir de 2017 os números semestrais serão temáticos, procurando mobilizar a produção de profissionais, pesquisadores e estudantes que estejam militando na Escola Básica, estando aberta a receber contribuições de professores e estudantes brasileiros e de diferentes partes do mundo.

A *Perspectiva Sociológica* expressa a visão, hoje dominante no DS/CP2, de que a Escola Básica não deve ser concebida como um espaço educacional rebaixado à reprodução de conhecimentos produzidos em outros espaços. O distanciamento da Educação Básica em relação aos meios acadêmicos, para além de outras questões que não são objeto do presente artigo, produziu uma certa trivialização dos conhecimentos científicos na Escola Básica, sendo certo que,

No campo das ciências sociais [...] a escola média brasileira vivenciou um crescente distanciamento e isolamento em relação aos meios acadêmicos, em um processo iniciado na década de 1950 e ampliado no decorrer dos anos do Regime Militar. No decorrer desse longo período o problema da dicotomia entre licenciatura e bacharelado e entre ensino e pesquisa na formação dos cientistas sociais foi ganhando relevo, contribuindo sobremaneira para o agravamento da inércia, rotinização e banalização do conhecimento científico no campo do ensino das ciências sociais, no âmbito do ensino médio. (BON, 2013, p. 132)

Nesse sentido, o Departamento de Sociologia tem procurado enfrentar o processo de superação da lógica da produção versus reprodução de conhecimentos. A Escola Básica é capaz de produzir conhecimentos, através de redes que possibilitem intervenções no âmbito da pesquisa social e diálogos com as comunidades científicas, bem como na configuração de projetos de altos estudos. É o que está acontecendo no Colégio Pedro II.

Sob esta visão, e objetivando materializar políticas de formação continuada, aqui compreendidas em sentido *lato*, a primeira inserção formal do Departamento de Sociologia no âmbito da pós-graduação deu-se com a inclusão da Sociologia no Programa de Residência Docente (PRD) do Colégio Pedro II. O programa teve início em 2012 e está voltado para professores das redes públicas estadual e municipal que desejam ressignificar suas práticas pedagógicas à luz dos trabalhos desenvolvidos no Colégio Pedro II. Outrossim, visando a consolidar e ampliar sua inserção em programas de pós-graduação, em 2015 o DS/CP2 se integrou ao grupo de trabalho que formulou o projeto de criação do Mestrado Profissional em Rede de Ensino de Sociologia (PROFSOCIO), se inserindo como uma de suas instituições proponentes. Então sob a coordenação do Prof. Dr. Alexandre Zarias, da Fundação Joaquim Nabuco, o projeto foi submetido a avaliação da CAPES, sendo então aprovado em 2016. Atualmente sob a coordenação da Professora Dr<sup>a</sup>. Danyelle Nilin Gonçalves, da

Universidade Federal do Ceará (UFCE), há previsão de realização do primeiro processo seletivo de estudantes ainda em 2017 e início da primeira turma em 2018.

Recentemente, em abril de 2017, visando a ampliar sua inserção em programas de pós-graduação, houve o início letivo do Programa de Especialização em *Ciências Sociais e Educação Básica*. Em funcionamento no *Campus Centro*, o programa é voltado para profissionais das Ciências Sociais e áreas afins que estejam atuando na Educação Básica. Estruturado em disciplinas que percorrem as três grandes áreas das Ciências Sociais, o curso visa possibilitar o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, através da articulação entre conhecimentos científicos, intervenções e experimentações pedagógicas possíveis.

No campo da formação continuada, não se pode esquecer que o DS/CP2 há muitos anos recebe sistematicamente estagiários oriundos de diferentes cursos de licenciatura em Sociologia/Ciências Sociais do Rio de Janeiro, em particular da UFRJ, instituição com a qual tem importante parceria, materializada nas figuras das professoras doutoras Anita Handfas e Júlia Polessa. Hoje, entretanto o DS também recebe estagiários de outras instituições, como a UERJ, a UFF e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

A execução das múltiplas atividades até aqui descritas pode ser melhor compreendida quando consideramos o perfil profissional dos professores que atualmente são os responsáveis pelas diferentes atividades do DS/CP2. De um total de 41 professores efetivos, 17 possuem doutorado e 24 possuem mestrado, dos quais 06 estão cursando programas de doutorado. As trajetórias acadêmicas são múltiplas, englobando percursos na Antropologia, Ciências Política, Educação, Direito, História e Sociologia.

### **Considerações Finais**

A presença da Sociologia/Ciências Sociais na Escola Básica foi uma conquista fundamental da sociedade brasileira. Afinal, “ter em sua grade curricular a Sociologia, só pode ser visto como uma ação real de construção efetiva de cidadania a partir de reflexões consistentes acerca da racionalidade do processo. (SAMPAIO, 2008, p. 02). Entretanto, para além de lutar por sua

própria permanência no contexto da Escola Básica brasileira, o que, certamente, inclui a luta pela sua permanência na grade curricular do Colégio Pedro II, há inúmeros outros desafios, de caráter mais diretamente pedagógicos, que estão postos para o coletivo de profissionais do DS/CP2.

Dentre estes desafios está ampliar a atuação dos laboratórios afim de fomentar um novo *habitus* que conecte a Educação Básica com a pesquisa e a extensão. Por isso, consolidar as ações no âmbito da Pós-Graduação e avançar na construção de um projeto inovador de Licenciatura em Ciências Sociais é fundamental para ratificar que os profissionais da Educação Básica podem e devem atuar na produção de novos conhecimentos e materiais, inclusive didáticos, como vem sendo realizados por professores do DS/CP2. Parece indiscutível que a resignificação da docência e da própria escola no Brasil passa pela incorporação da pesquisa e da produção científico-literária ao cotidiano da Escola Básica.

Outro ponto a ser destacado é o imenso desafio em constituir uma revista acadêmica para a Educação Básica, cujos atores principais sejam seus professores e estudantes. É extremamente desafiador construir uma revista para professores da Educação Básica, que consiga conectar a produção acadêmica com experimentações pedagógicas, recebendo as contribuições de estudantes da Educação Básica e dos Cursos de Pós-Graduação ora em funcionamento.

Em especial nos últimos anos, o Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II tem sua trajetória marcada pela construção de currículo e práticas pedagógicas comprometidas com um projeto político-pedagógico emancipatório. É urgente é necessário que os processos sociais produzidos pelos colonialismos sejam compreendidos e traduzidos pedagogicamente, possibilitando aos nossos jovens acessar conhecimentos que possam criar o capital cultural necessário para que se tornem cidadãos capacitados a efetuar as traduções do mundo social. Não acreditamos em modelos educacionais rígidos, em estruturas fixas que devam balizar a construção de novas experiências pedagógicas. Cada escola é um universo a ser descortinado. Apenas salientamos que as experiências que pontuamos aqui como exitosas podem indicar possibilidades de intervenção e construção de novos e desafiadores projetos que contribuam para a transformação da realidade social de milhões de jovens, marcada pela exploração, discriminação e violências cotidianas.

## Referências Bibliográficas

AGUIAR, Janecleide Moura de; CARNEIRO, Silzane de Almeida. O programa de iniciação à pesquisa científica em Sociologia e a construção das ciências sociais no Colégio Pedro II: mobilizando conhecimentos através da pesquisa científica e da cultura popular. *Perspectiva Sociológica* - Revista Eletrônica, Colégio Pedro II, Departamento de Sociologia, nº 1, abr./out. 2008.

ARANHA, Antônia Vitória Soares; SOUZA, João Valdir Alves de. As licenciaturas na atualidade: nova crise? *Educar em Revista*, Editora UFPR, out./dez. 2013.

BON, Luiz Felipe Guimarães. A Sociologia na escola média brasileira: currículo, manuais didáticos e o discurso pedagógico em um quadro de precária inserção educacional. Tese de Doutorado, Universidad Americana, Assunção, Paraguai.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer n. 5. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9915-pceb005-11-1-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9915-pceb005-11-1-1&Itemid=30192)>. Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[https://prograd.ufg.br/up/90/o/rcp001\\_12.pdf](https://prograd.ufg.br/up/90/o/rcp001_12.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Lei n. 11.645. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Lei n. 11.684. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2017.

BRASIL. Lei n. 11.892. Brasília, DF, 2008c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 28 mai. 2017.

BRASIL. Lei n. 12.677. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011014/2012/Lei/L12677.htm#art6](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011014/2012/Lei/L12677.htm#art6)>. Acesso em: 28 mai. 2017.



BRASIL. Lei n. 8.663. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1989\\_1994/L8663.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8663.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2017

CONTERATO, Santo. A saga da Sociologia no Ensino Médio. *Perspectiva Sociológica* - Revista Eletrônica, Colégio Pedro II, Departamento de Sociologia, nº 2, abr. 2009.

FERNANDES, Florestan. O Ensino de Sociologia na escola secundária brasileira. A Sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.

FERREIRA, Fátima Ivone de Oliveira. Ciências Sociais como disciplina do Ensino Fundamental: o modelo do Colégio Pedro II. Anais do I Seminário de Ciências Sociais e Educação Básica: o sentido das Ciências Sociais na Educação Básica. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, nov. 2015.

FERREIRA, Fátima Ivone de Oliveira; GUIMARÃES, Eduardo Ribas De Biase; VENDRAMIN, Leandro Longo. Aprendendo Ciências Sociais desde o Ensino Fundamental. A experiência do Colégio Pedro II. *Perspectiva Sociológica* - Revista nº 4/5, 2010.

FERREIRA, Wallace. A Sociologia no Ensino Básico: notas sobre o uso de materiais didáticos no Colégio Pedro II. *Perspectiva Sociológica* - Revista Eletrônica, nº 8/9, 2014.

GESTEIRA, Beatriz Muniz; SILVA, Gabriela Montez Holanda da. O retorno da Sociologia na Escola: a crítica e a cidadania como instrumentos da democratização do país (1980-1990). Revista *Habitus*, vol. 10 - n. 1, 2012.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de; JARDIM, Antônio de Ponte. O retorno da Sociologia no Ensino Médio no Rio de Janeiro: uma luta que merece ser pautada! *Perspectiva Sociológica* – Revista Eletrônica, Colégio Pedro II, Departamento de Sociologia, nº 2. mai./set. 2009.

PIRES FERREIRA, Lier; SILVA, Afrânio de Oliveira. Educação e Direitos Humanos: a luta pela implantação do Ensino de Sociologia/ Ciências Sociais na Escola Básica brasileira. A experiência do Colégio Pedro II. Anais do VI Seminário Internacional, Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina. Universidade do Estado Rio de Janeiro, out. 2016.

SAMPAIO, Maria Helena. Sobre o Ensino de Sociologia no Colégio Pedro II. *Perspectiva Sociológica* - Revista Eletrônica, Colégio Pedro II, Departamento de Sociologia, nº 1, abr./out. 2008.